



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Secretaria Municipal de Comunicação – SEMCOM apresenta este termo de referência que será parte integrante do processo administrativo nº 93950/2026 conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratações no âmbito da Administração Pública.

1.2. O presente Termo de Referência tem por objetivo viabilizar a aquisição de materiais permanentes e itens destinados ao apoio das atividades de cerimonial, comunicação institucional e realização de eventos oficiais promovidos pela Prefeitura Municipal de Vilhena, incluindo equipamentos de climatização, materiais cerimoniais, acessórios institucionais, sistema de sonorização e itens de identificação visual.

1.3. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, conforme disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento.

1.4. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico justifica-se pela maior competitividade, ampliação da disputa entre fornecedores, economicidade e celeridade processual, permitindo à Administração Pública obter proposta mais vantajosa, nos termos do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de menor preço por item, observadas as especificações técnicas, padrões mínimos de qualidade e demais exigências constantes neste Termo de Referência.

2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. Lei nº 14.133/2021 (Lei Federal de Licitações e Contratos)

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei nº 14.133/2021)

As despesas são decorrentes dos recursos próprios da SEMCOM, sendo:

Órgão:	03-Secretaria Municipal De Comunicação
Unid.orçamentária:	03.001- Secretaria Municipal de Comunicação
Função:	04-Administração
Subfunção:	122-Administração Geral
Programa:	0003 - Apoio Administrativo
Projeto/atividade:	2069 - Manutenção Das Atividades Secretaria Municipal De Comunicação
Nat. da despesa:	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo E 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente e 3.3.90.39.00.00 – Serviço





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

	com Terceiros
Fonte de recursos:	15000000 – Recursos não vinculados de Impostos – Exercício Corrente
Reduzido:	32, 37 e 35

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Secretaria Municipal de Comunicação – SEMCOM desempenha papel essencial na organização, coordenação e suporte às atividades institucionais, cerimoniais oficiais, eventos públicos, solenidades, coletivas, campanhas institucionais e demais ações promovidas pela Administração Municipal.

3.2. A realização de eventos institucionais exige estrutura adequada, materiais padronizados e equipamentos compatíveis com os padrões protocolares da Administração Pública, garantindo organização, funcionalidade, identidade visual institucional, acessibilidade e qualidade na execução das atividades.

3.3. A aquisição dos aparelhos de ar-condicionado visa proporcionar melhores condições de climatização em ambientes administrativos e espaços utilizados em reuniões, recepções e atividades institucionais, assegurando conforto térmico, preservação de equipamentos e melhoria das condições de trabalho dos servidores.

3.4. A aquisição de pedestal para banner, tribuna personalizada, nominatas e kit de bandeiras oficiais justifica-se pela necessidade de padronização e fortalecimento da identidade visual institucional em solenidades, audiências públicas, coletivas de imprensa, campanhas oficiais, reuniões e demais eventos promovidos pelo Município.

3.5. As bandeiras oficiais do Brasil, do Estado de Rondônia e do Município de Vilhena são indispensáveis para composição de ambientes protocolares e cumprimento das normas cerimoniais aplicáveis aos órgãos públicos.

3.6. A aquisição de sistema de microfone duplo sem fio visa atender às necessidades de sonorização em eventos institucionais, pronunciamentos, entrevistas, palestras, audiências públicas e solenidades, garantindo qualidade sonora, mobilidade e eficiência operacional.

3.7. As nominatas personalizadas destinam-se à identificação de autoridades, representantes institucionais e convidados durante eventos oficiais, contribuindo para organização protocolar e adequada identificação dos participantes.

3.8. Dessa forma, a aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência mostra-se necessária para garantir melhores condições estruturais e operacionais às atividades de cerimonial e comunicação institucional desenvolvidas pela SEMCOM, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e continuidade administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. ESTIMATIVA DE VALOR (art. 12, inciso II; art. 18, inciso IV da Lei 14.133/21):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

4.1. Para estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante consulta a:

- Banco de Preços;
- Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- sítios eletrônicos especializados e de domínio amplo;

4.2. A pesquisa buscou observar preços praticados no mercado para itens com especificações equivalentes, considerando critérios de atualidade, compatibilidade técnica e padronização dos objetos pretendidos.

4.2. Os valores obtidos foram consolidados mediante cálculo da mediana dos preços coletados, objetivando maior confiabilidade na formação do preço estimado da contratação.

4.4. O detalhamento dos valores unitários e totais encontra-se consolidado no Anexo I deste Termo de Referência.

Orde m	Item	Especificações	Quant.	Valor mediana (banco de preços, pnpc + site de compra)	Valor total
01	Ar- condiciona do 24.000 BTUs/h	Aparelho de ar-condicionado tipo Split High Wall, capacidade mínima de 24.000 BTUs/h ou superior, ciclo quente e frio, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos e institucionais. O equipamento deverá possuir classificação energética "A" no INMETRO e selo Procel de eficiência energética, garantindo menor consumo de energia elétrica e maior desempenho operacional. Deverá utilizar gás refrigerante ecológico R-32 ou superior tecnologicamente equivalente, com baixo potencial de aquecimento global e sem agressão à camada de ozônio. A unidade evaporadora deverá possuir filtro de ar lavável de alta eficiência, com sistema de filtragem capaz de auxiliar na retenção de partículas, poeira, fungos, bactérias e odores. O equipamento deverá possuir serpentina preferencialmente em cobre, visando maior resistência à corrosão, durabilidade e eficiência térmica. Deverá conter funções mínimas de refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação, modo sleep, timer programável, swing automático e reinício automático após queda de energia. O aparelho deverá possuir controle remoto sem fio, display digital ou invisível na unidade interna, baixo nível de ruído operacional e alimentação elétrica compatível com tensão 220V. O equipamento deverá acompanhar condensadora, evaporadora, controle remoto, manual em português e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento. Características adicionais desejáveis: conectividade Wi-Fi integrada ou compatível com módulo adicional do fabricante, compatibilidade com assistentes virtuais, proteção anticorrosiva, compressor rotativo de alta eficiência e sistema de autodiagnóstico. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	01	R\$ 4.224,80	R\$ 4.224,80
02	Ar- condiciona do 12.000 BTUs/h	Refrigeração: 12.000 BTUs/h Tecnologia: Inverter; Ciclo: Frio; Classificação Energética: Selo Procel A (alta eficiência energética); Gás Refrigerante: R-410A (ecológico, não inflamável, sem CFC); Tensão de Alimentação: 127V; Frequência: 60 Hz; Potência nominal: Conforme modelo, com eficiência mínima de 3,2 W/W; Vazão de Ar: Mínimo 300 m³/h; Controle Remoto: Sim, com display de cristal líquido; Modos de Funcionamento: Modo automático (auto); Modo refrigeração; Modo ventilação; Modo desumidificação; Velocidades do Ventilador: Múltiplas	01	R\$ 2.180,00	R\$ 2.180,00





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

		(mínimo 3 velocidades + modo automático); Filtro de Ar: Lavável, com sistema de retenção de partículas de poeira; Funções Adicionais: Sleep (função noturna); Timer (programação de liga/desliga automática); Swing (movimento automático das aletas); Unidade Interna: Pannel com display digital (ou indicador LED); Nível de ruído: até 42 dB(A); Unidade Externa: Gabinete com pintura anticorrosiva ou proteção contra intempéries; Nível de ruído: até 55 dB(A); Acessórios Inclusos: Controle remoto com pilhas; Manual de instalação e operação em português; Kit de instalação incluso; Garantia mínima: 12 meses contra defeitos de fabricação			
03	Pedestal para Banner	Suporte tipo tripé para banner, confeccionado em material metálico resistente, preferencialmente ferro ou alumínio com acabamento anticorrosivo, destinado à sustentação de banners institucionais em ambientes internos e externos cobertos. O equipamento deverá possuir estrutura dobrável e articulável, com haste telescópica retrátil de no mínimo 2 estágios, permitindo regulagem de altura mínima aproximada de 1,20m e altura máxima aproximada entre 2,20m e 2,50m, ou superior equivalente compatível com banners institucionais. Deverá possuir base estável com pés retráteis e sistema de fixação compatível com banners de diferentes dimensões, possibilitando montagem e desmontagem prática e transporte facilitado. O suporte deverá ser leve, portátil, resistente e adequado para utilização em eventos institucionais, coletivas, campanhas, solenidades, feiras, auditórios e demais ações promovidas pela Administração Pública. O equipamento deverá ser compatível com banners de dimensões variadas, incluindo tamanhos aproximados de 60x90 cm até 100x200 cm ou superiores equivalentes. Poderá possuir sistema de garras, ponteiros ou fixadores ajustáveis para sustentação do material gráfico. O produto deverá acompanhar todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento e possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme legislação aplicável. Modelo – Anexo IV. Garantia mínima de 12 meses	01	R\$ 125,92	R\$ 125,92
04	Bandeira Oficial Do Brasil	(2,5 panos), medindo 1,12m x 1,60m (altura x comprimento) confeccionada em tecido tipo nylon paraquedas (100% poliamida), costurada reforçada com fios de nylon de alta resistência para uso externo, garantindo maior longevidade e resistência a intempéries, com as duas faces exatamente iguais, processo de estampagem digital de alta resolução, com bordas reforçadas, bainha com ilhós metálicos inoxidáveis resistentes posicionados em intervalos regulares na bainha superior e inferior para facilitar a fixação em mastro externo, nas cores predominantes da bandeira, produzida de acordo com a Lei Federal nº 5.700/71 e suas alterações.	01	R\$ 220,00	R\$ 220,00
05	Bandeira Oficial De Rondônia	(2,5 panos), medindo 1,12m x 1,60m (altura x comprimento) confeccionada em tecido tipo nylon paraquedas (100% poliamida), costurada reforçada com fios de nylon de alta resistência para uso externo, garantindo maior longevidade e resistência a intempéries, com as duas faces exatamente iguais, processo de estampagem digital de alta resolução, com bordas reforçadas, bainha com ilhós metálicos inoxidáveis resistentes posicionados em intervalos regulares na bainha superior e inferior para facilitar a fixação em mastro externo, nas cores predominantes da bandeira	01	R\$ 197,11	R\$ 197,11
06	Bandeira Oficial De Vilhena	(2,5 panos), medindo 1,12m x 1,60m (altura x comprimento) confeccionada em tecido tipo nylon paraquedas (100% poliamida), costurada reforçada com fios de nylon de alta resistência para uso externo, garantindo maior longevidade e resistência a intempéries, com as duas faces exatamente iguais, processo de estampagem digital de alta resolução, com bordas reforçadas, bainha com ilhós metálicos inoxidáveis resistentes posicionados em intervalos regulares na bainha superior e inferior para facilitar a fixação em mastro externo, nas cores predominantes da bandeira.	01	R\$ 250,00	R\$ 250,00

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://vilhena.oxxy.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: a2f2c107-745f-4717-9e3d-30baucacz4zcd - Página 4/17





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

07	Kit de Bandeiras	<p>Kit para hasteamento e exposição de bandeiras oficiais, composto por base em madeira resistente com capacidade para sustentação simultânea de até 03 (três) mastros, acompanhado de mastros metálicos e ponteiros decorativos. A base deverá possuir estrutura sólida, acabamento resistente e estabilidade adequada para utilização em ambientes internos institucionais, auditórios, gabinetes, recepções, plenários e espaços destinados a solenidades oficiais.</p> <p>Os mastros deverão ser confeccionados em alumínio ou material metálico de alta resistência, com altura aproximada de 2 metros, diâmetro compatível com bandeiras oficiais padrão e estrutura desmontável ou bipartida para facilitar transporte e armazenamento. Deverão possuir acabamento resistente à oxidação e corrosão.</p> <p>As ponteiros deverão ser confeccionadas em material metálico polido ou equivalente, compatíveis com os mastros fornecidos, garantindo acabamento cerimonial adequado e encaixe firme.</p> <p>O kit deverá acompanhar presilhas, ganchos ou dispositivos de fixação necessários para instalação segura das bandeiras nos mastros.</p> <p>O conjunto deverá ser adequado para utilização em cerimônias oficiais, eventos institucionais, ambientes administrativos, escolas, auditórios e demais espaços públicos, proporcionando apresentação compatível com padrões protocolares e cerimoniais da Administração Pública.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p>	01	R\$ 935,99	R\$ 935,99
08	Microfone Duplo Sem Fio	<p>Sistema de microfone sem fio duplo profissional, composto por 02 (dois) transmissores de mão sem fio e 01 (um) receptor UHF, destinado à utilização em eventos institucionais, solenidades, entrevistas, coletivas, apresentações e demais ações promovidas pela Administração Pública. O sistema deverá operar em tecnologia UHF, com faixa de frequência compatível com uso profissional, baixa interferência e estabilidade de sinal. Deverá possuir alcance mínimo aproximado de até 100 metros em condições ideais de operação. Os transmissores deverão possuir cápsula dinâmica de alta sensibilidade com sistema anti-impacto (anti-shock), chave liga/desliga, botão para troca de canais e display digital com indicação mínima de canal, nível de bateria e sinal de RF. O receptor deverá possuir alimentação bivolt automática, estabilidade de recepção e saídas de áudio compatíveis com equipamentos de sonorização profissional. O sistema deverá apresentar resposta de frequência mínima aproximada de 50 Hz a 15 kHz ou superior, garantindo reprodução vocal clara e de qualidade.</p> <p>Os transmissores deverão operar por meio de baterias recarregáveis ou pilhas compatíveis, com autonomia mínima aproximada de 8 horas de uso contínuo.</p> <p>O conjunto deverá acompanhar receptor, 02 transmissores sem fio, fonte de alimentação, cabos de conexão, baterias recarregáveis, carregador compatível, cabo USB, case ou estojo para transporte e manual de instruções em português.</p> <p>Os equipamentos deverão possuir estrutura resistente, preferencialmente metálica ou em alumínio de alta durabilidade, adequada para utilização contínua em ambientes institucionais e eventos oficiais.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p> <p>Marcas de referência: Dylan, Kadosh, Shure (equivalente ou de melhor qualidade)</p>	01	R\$ 1.399,49	R\$ 1.399,49
9	Instalação de aparelho de ar condicionado 12 mil Btus	<p>Instalação: fornecimento de todos os equipamentos; fornecimento de materiais auxiliares para instalação (tubos de cobre, cabos, drenos, disjuntores, suportes, etc.); execução completa da instalação dos equipamentos; garantia de funcionamento adequado após a instalação. A instalação deverá seguir rigorosamente os manuais dos fabricantes e as normas técnicas da ABNT vigentes. Garantia mínima de 12</p>	01	MÉDIA R\$ 612,42	MÉDIA R\$ 612,42





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

		meses			
10	Instalação de aparelho de ar condicionado 24 mil Btus	Instalação: fornecimento de todos os equipamentos; fornecimento de materiais auxiliares para instalação (tubos de cobre, cabos, drenos, disjuntores, suportes, etc.); execução completa da instalação dos equipamentos; garantia de funcionamento adequado após a instalação. A instalação deverá seguir rigorosamente os manuais dos fabricantes e as normas técnicas da ABNT vigentes. Garantia mínima de 12 meses	01	MÉDIA R\$ 708,82	MÉDIA R\$ 708,82
11	Nominatas personalizadas	<p>Nominatas confeccionadas em papel cartão rígido, na cor branca, destinadas à identificação de autoridades, convidados e participantes em eventos institucionais, solenidades, reuniões oficiais, audiências públicas, coletivas e demais ações promovidas pela Administração Pública.</p> <p>As nominatas deverão possuir dimensões aproximadas de 08 cm de altura por 15 cm de comprimento, com impressão colorida personalizada em alta resolução, conforme modelo fornecido pela contratante. A arte deverá conter elementos institucionais, incluindo brasão oficial, identificação visual do cerimonial e demais informações variáveis definidas pela Administração. A impressão deverá apresentar acabamento de qualidade, boa definição gráfica, nitidez nas cores e resistência adequada ao manuseio durante os eventos. O material deverá possuir superfície lisa, boa rigidez estrutural e durabilidade compatível com utilização em ambientes internos. O layout deverá prever área destinada à identificação nominal da autoridade ou convidado, bem como cargo, função ou representação institucional correspondente.</p> <p>As nominatas deverão ser entregues devidamente acondicionadas, sem amassados, manchas, falhas de impressão ou deformidades, conforme quantitativos e especificações definidos pela contratante.</p> <p>A contratada deverá realizar a produção conforme modelo institucional disponibilizado pela Administração Pública, respeitando identidade visual, proporções e elementos gráficos oficiais. (modelo – Anexo III)</p>	3.000 (unid.)	R\$ 2,23	R\$ 6.690,00
12	Tribuna personalizada	<p>Tribuna para pronunciamentos e eventos institucionais, confeccionada em aço inoxidável ou combinação de ambos os materiais, com acabamento resistente, moderno e compatível com ambientes oficiais e cerimoniais da Administração Pública.</p> <p>A tribuna deverá possuir estrutura firme, estável e adequada para utilização em solenidades, coletivas, audiências, palestras, reuniões e demais eventos institucionais promovidos pelo Município. Deverá conter suporte superior inclinado para apoio de documentos, discursos, anotações ou dispositivos eletrônicos, garantindo ergonomia e praticidade durante o uso. O equipamento deverá possuir dimensões aproximadas de 1,10 m de altura, base com largura mínima aproximada de 40 cm a 50 cm e estrutura central reforçada, permitindo utilização contínua em ambientes internos.</p> <p>A tribuna deverá ser personalizada com o Brasão Oficial do Município de Vilhena, aplicado em local visível da estrutura, conforme modelo e identidade visual fornecidos pela contratante. A personalização deverá apresentar acabamento de qualidade, boa definição visual e resistência ao desgaste.</p> <p>O equipamento deverá possuir sistema de rodízios (rodinhas) resistentes, permitindo fácil deslocamento e mobilidade, preferencialmente com travas de segurança para garantir estabilidade durante a utilização. A estrutura deverá possuir acabamento liso, sem arestas cortantes, ferrugem, deformidades ou falhas de fabricação, sendo adequada para uso institucional contínuo.</p> <p>O produto deverá ser entregue montado ou acompanhado de todos os acessórios necessários à montagem e pleno</p>	01	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

		funcionamento, incluindo manual de instruções, quando aplicável. Garantia mínima de 12 meses (modelo - Anexo II)			
	TOTAL: R\$ 22.294,55				

4.2. No que concerne à contratação sob o menor preço visa-se equilibrar custo e qualidade, sendo a forma de licitação por pregão eletrônico a mais vantajosa para atender às necessidades do Município através Secretaria Municipal de Comunicação.

4.3. Considerando que não houve aquisição dos itens relacionados nos últimos 5 anos pela Secretaria Municipal de Comunicação, com exceção de um aparelho de ar condicionado de 12 mil btus, pregão nº 77/2025/SEMCOM, não é possível demonstrar o histórico de consumo. Quanto ao quantitativo, foi definido o mínimo necessário para atender às demandas diárias da SEMCOM. A quantidade de recurso disponível que a secretaria dispõe para tais aquisições também foi considerada para contabilizar o quantitativo.

5. DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS:

5.1. Consta da Lei nº 14.133/2021, art 6º: XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

6. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

6.1. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

6.1.1. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):

6.1.2. A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

e) Documentos pessoais do representante legal da empresa.

6.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):

a) Cartão de CNPJ – Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (Art. 68, Inciso I da Lei 14.133/21);

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21);

d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21).

e) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21);

f) Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc...);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

g) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, conforme Art. 68, Inciso III da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

6.3. A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato ou seu equivalente. Para isso será exigido (Art. 69 da Lei 14.133/2021):

a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021);

6.4. Qualificação Técnica (Art. 62, Inciso II; Art. 67 da Lei 14.133/2021):

6.4.1. Atestado de Capacidade Técnica (Certidão ou Declaração), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado e devidamente assinado, que comprove que a licitante tenha fornecido produtos de natureza e complexidade similares ou com especificações técnicas equivalentes aos objetos deste Pregão. Acompanhado da descrição das quantidades fornecidas e do período de execução do serviço ou fornecimento.

6.4.2. Para itens com valor unitário superior a R\$ 5.000,00 a empresa deverá comprovar a existência de assistência técnica autorizada no território nacional, com atendimento ao usuário em até 10 (dez) dias úteis contados da solicitação formal da contratante. A comprovação deverá ser feita por meio de documentação oficial do fabricante ou distribuidor autorizado, contendo:

- endereço físico da assistência técnica no país;
- prazos estimados de atendimento;
- e canais de suporte (telefone, e-mail, site etc.).

7. FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DOS MATERIAIS

7.1. Os objetos serão ofertados por empresas especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos, em conformidade com a legislação vigente 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e Instrução Normativa nº 003/2024/CGM/PGM.

7.2 A entrega dos itens será realizado nas dependências do Almoxarifado Central da Prefeitura, bem como realizado procedimento de tombamento e demais registros necessários, conforme Resolução nº 002/2023/SEMAD que estabelece procedimentos gerais de recebimento de materiais no âmbito do Poder Executivo do Município de Vilhena; no endereço Av. Rony de Castro Pereira, nº 4177 Bairro: Jardim América - Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilela CEP: 76.980-736, Vilhena/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30 às 13h30 em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

7.3. O recebimento dos itens será realizado em duas etapas:

- Recebimento Provisório: conferência inicial da integridade da embalagem, quantidade e identificação do material, realizada por servidor designado, conforme Art. 140, Inciso II, alínea a da Lei nº 14.133/2021.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

- Recebimento Definitivo: conferência técnica e funcional dos equipamentos, inclusive verificação de funcionamento e conformidade com as especificações do Termo de Referência, conforme Art. 140, Inciso II, alínea b da Lei nº 14.133/2021.
- O prazo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável justificadamente.

7.4. Caso seja identificada qualquer irregularidade ou defeito nos materiais, a contratada será notificada para substituição no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados do recebimento da notificação formal.

7.5. As demais obrigações da contratada estão consolidadas no item 12 deste Termo.

8. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP:

8.2. A Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estabelece um tratamento diferenciado e favorecido para essas empresas, visando criar um ambiente mais competitivo e justo. Especificamente, o artigo 47 determina que as contratações públicas de até R\$ 80.000,00 devem ser preferencialmente realizadas com ME e EPP. Considerando que o presente processo licitatório será conduzido pelo critério de menor preço por item e que nenhum dos objetos licitados ultrapassa o valor de R\$ 80.000,00, o processo obedecerá rigorosamente ao que preconiza a Lei Complementar nº 123/2006. Essa medida está em conformidade com a legislação vigente, que visa promover a participação dessas empresas nas contratações públicas, estimulando a competitividade e o desenvolvimento econômico local. Assim, a destinação do processo licitatório exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte encontra-se plenamente justificada, garantindo o cumprimento da lei e o incentivo ao crescimento dessas importantes unidades econômicas.

8.3. Da Não Aplicação Da Prioridade De Contratação Local Ou Regional: em atenção ao previsto nos artigos 66 a 69 do Decreto Municipal nº 59.678/2023, com as alterações do Decreto Municipal nº 65.299/2025, esta Secretaria demandante opta pela **NÃO APLICAÇÃO** do benefício de prioridade de contratação para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local ou regionalmente. A decisão justifica-se tecnicamente pela necessidade de preservar a máxima competitividade do certame e buscar a maior vantajosidade econômica para a Administração Pública, visto que a concessão da margem de preferência local de até 10% (dez por cento) poderia restringir a participação de fornecedores de outras regiões e, conseqüentemente, elevar o preço final da contratação. Fica mantido, contudo, o tratamento diferenciado geral da licitação exclusiva para ME/EPP previsto no item 8.2 deste instrumento, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.





9. DA GARANTIA:

9.1. A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, registros em órgãos reguladores (INMETRO/ANATEL), exigidas pelo órgão responsável em cada item especificado neste Termo de Referência, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para Secretaria Municipal de Comunicação, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

10. DO RECEBIMENTO DO OBJETO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21):

10.1 Este item remete ao disposto no **item 7 deste Termo**, que consolida as disposições sobre local, prazo de entrega e recebimento dos materiais.

11. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021):

11.1. O contrato será obrigatório para os itens que demandam assistência técnica conforme o inciso II do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

11.2. Este Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (art. 92, inciso II da Lei 14.133/2021).

11.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 (caução, seguro-garantia, fiança bancária) pela razão de tratar-se de fornecimento total e imediato.

11.4. O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

11.5. O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11.6. O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

11.7. Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

11.8. A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

11.9. Do fiscal/gestor do contrato ou equivalente: A CONTRATANTE, através do ordenador de despesas, deverá designar o fiscal/gestor do contrato/equivalente para o recebimento definitivo e controle dos materiais. O mesmo registrará todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada a CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas, caso necessário.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

12.1. A contratada deverá:

- Fornecer os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, conforme especificações técnicas constantes neste Termo;
- Cumprir rigorosamente o prazo de entrega estabelecido;
- Substituir, por sua conta e risco, os materiais entregues com defeito de fabricação ou que não atendam às especificações técnicas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após notificação;
- Responsabilizar-se pelo transporte e descarga dos produtos no local de entrega, sem ônus adicional para a Administração;
- Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente as regularidades fiscais e trabalhistas.

12.2. A empresa que prestará o serviço de instalação do ar condicionado deverá comprovar que cumpre os critérios de sustentabilidade ambiental **e, no que couber**, que obedece às normas técnicas e/ou recomendações do fabricante dos equipamentos e da ABNT.

12.2.1. Serviço de Instalação dos Aparelhos de Ar-Condicionado:

A contratada deverá realizar a **instalação completa dos aparelhos de ar-condicionado** adquiridos, incluindo:

- suporte técnico;
- mão de obra especializada;
- fornecimento de tubulação de cobre, dreno, cabo elétrico e disjuntores, caso não existentes no local;

A instalação deverá ser realizada **no local indicado pela Administração**, no prédio da Secretaria Municipal de Comunicação, até **10 dias após a entrega** dos aparelhos. A contratada será responsável por:

- garantir o funcionamento pleno dos equipamentos;





- fornecer garantia mínima de 12 meses também sobre os serviços de instalação.

12.2.3. Subcontratação do serviço de instalação:

Com fundamento no art. 122, §5º, da Lei nº 14.133/2021, é permitida à empresa contratada a subcontratação do serviço de instalação do(s) equipamento(s) de ar-condicionado, desde que às suas expensas, e sem qualquer ônus adicional para a Administração. A empresa fornecedora continuará integralmente responsável pelo fornecimento do bem e pela execução completa do objeto, incluindo a instalação correta, o funcionamento adequado, a garantia e o suporte técnico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XXXIV.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1. Compete ao Município de Vilhena/RO – SEMCOM:

- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela empresa vencedora;
- Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do servidor responsável pelo evento;
- sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante, deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos.

13.2. DO GESTOR DO CONTRATO: A CONTRATANTE é obrigada a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de Portaria, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;

13.2.1 A fiscalização será exercida no interesse das secretarias do Município de Vilhena/RO e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

13.2.2 Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;

13.2.3 Caberá ainda ao Gestor do Contrato as seguintes atribuições:

13.2.3.1 Conferência dos serviços executados;

13.2.3.2 Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;

13.2.3.3 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos serviços, sendo responsável por essas declarações;

13.2.3.4 Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar





à CONTRATANTE;

13.2.3.5 Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa.

14. FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. Deverão ser apresentadas no ato da entrega dos itens/produtos as Notas Fiscais/Faturas, deverá constar na nota fiscal dados bancários para pagamento, numero do empenho e descrições completas dos produtos, estar em nome da Contratante, e deverá estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68º da Lei 14.133/21.

14.2. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

14.3. A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

14.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

14.5. Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

14.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

14.7. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias uteis após entrega dos objetos e da nota fiscal devidamente certificada pelo setor competente, após análise e liberação do controle interno.

14.8. Quanto aos critérios de medição e pagamento, conforme a Lei 14.133/2021 (art. 6º, XXIII, g) serão realizados após a entrega total dos equipamentos e da instalação dos aparelhos de ar-condicionado, conforme notas fiscais, laudos de instalação e termo de recebimento definitivo emitido pelo setor requisitante, desde que devidamente atestado pela fiscalização do contrato.

15. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO DE RENDA:

15.1. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023: ART. 2º Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas

Avenida Rony de Castro Pereira, 4177, Bairro Jardim América, Vilhena - RO, CEP: 78995-000





autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil."

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS/PENALIDADES:

16.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155º Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente, especialmente se causar grave dano à Administração ou ao interesse coletivo;
- b) Der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- h) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- k) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156º Lei nº 14.133/2021):

Advertência;

- a) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do item 16.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21);
- b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "g" a "k" do item 16.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas "a" a "f" do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §5º da Lei 14.133/2021);
- c) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/2021);





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou seu equivalente, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/2021).

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

16.3.1. A sanção prevista na Alínea a do item 16.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do item 16.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei 14.133/2021).

16.3.2. A sanção estabelecida na Alínea c do item 16.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima das Secretarias, ou seja, pelos Secretários (Art. 156º, §6º da Lei 14.133/2021).

16.3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 16.2 deste Instrumento, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do mesmo item 16.2 deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/2021).

16.3.4. O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

16.3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (Art. 156º, §8º da lei 14.133/2021).

16.3.6. Para aplicação das penalidades, a CONTRATADA será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

16.3.7. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a CONTRATADA tomar ciência.

17. DO REAJUSTE CONTRATUAL:

17.1. O reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme § 7º do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021;

17.2. Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

17.3. O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de extinção,





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL
DE COMUNICAÇÃO

outro que venha lhe suceder.

18. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea h da Lei 14.133/2021).

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão na forma eletrônica, conforme discriminado no Item 1.2 deste Termo de Referência.

18.2. A proposta, que compreende a descrição do produto ofertado e preço unitário (por unidade) e total (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender a todas as suas exigências.

18.3. A Empresa Licitante deverá apresentar junto à proposta de preço, folder técnico ou prospecto técnico ou catálogo ou manual, redigidos na língua portuguesa, com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnica conforme os órgãos reguladores

19. DO FORO:

19.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente. Elaborado por: Nayara Duarte Carneiro e aprovado por Raquel Pereira Gonçalves Jacob.

Elaborado por:
Nayara Duarte Carneiro
Mat 7865



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
NAYARA DUARTE CARNEIRO



01/06/2026 13:56:18

<https://vilhena.oxynet.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=a2f2c107-745f-4717-9e3d-3dba0ca242cd>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Assinado por:
MUNICÍPIO DE VILHENA
RAQUEL PEREIRA GONÇALVES JACOB



01/06/2026 14:26:04

<https://vilhena.oxynet.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=a2f2c107-745f-4717-9e3d-3dba0ca242cd>
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Vilhena, 01/06/2026.

RAQUEL PEREIRA GONÇALVES JACOB
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

